



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Trabalho

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**

**(Do Sr. Luiz Gastão)**

Requer, nos termos no art. 24, III, VII, combinado com o art. 32, XVIII, "j" e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Diretor Geral da Meta no Brasil, com o objetivo de discutir os motivos dos recentes bloqueios e restrições impostos a diversos perfis católicos, bem como os impactos dessas ações no trabalho realizado no ambiente virtual.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do art. 24, III, VII, combinado com o art. 32, XVIII, "j" e art. 255 do Regimento Interno da Câmara, a realização de Audiência Pública para discutir as razões por trás dos recentes bloqueios e restrições aplicados a diversos perfis católicos, criadores de conteúdo, nas redes sociais geridas pela Meta do Brasil. Essas medidas têm levantado preocupações significativas não apenas em relação à liberdade de expressão religiosa, mas também quanto ao impacto nas relações jurídicas do trabalho realizado no ambiente virtual.

Para tanto, convidamos o **Sr. Conrado Leister**, Diretor Geral da Meta no Brasil, a participar deste debate.

**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento visa convidar o Diretor Geral da Meta no Brasil para uma audiência pública nesta Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. O objetivo é esclarecer as recentes restrições e bloqueios impostos a perfis católicos nas plataformas de redes sociais administradas pela Meta, como Instagram e WhatsApp.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Trabalho**

As medidas restritivas, como a suspensão do perfil @freigilson\_somdomonte no Instagram, o bloqueio do WhatsApp do Frei Gilson, e a restrição do perfil da Irmã Kelly Patrícia, afetam diretamente a comunicação e o trabalho de organizações religiosas. Isso compromete a capacidade dessas entidades de cumprir suas missões, que frequentemente envolvem a cooperação com projetos de assistência social e promoção de direitos humanos.

A falta de transparência no processo de bloqueio levanta preocupações sobre a gestão das diretrizes pela Meta, especialmente em relação a perfis que representam comunidades religiosas. A ausência de justificativas claras para tais bloqueios pode violar não apenas direitos constitucionais de liberdade de expressão e religiosa, mas também comprometer acordos internacionais de cooperação e desenvolvimento que dependem da comunicação eficaz e contínua.

Portanto, é imperativo que a Meta explique quais diretrizes estão sendo descumpridas e esclareça os procedimentos relativos ao contraditório. A empresa deve também estabelecer mecanismos para a restauração imediata de perfis bloqueados ou restritos sem justificativa plausível.

A audiência pública proporcionará um espaço para diálogo e busca de soluções, garantindo que os direitos constitucionais de liberdade de expressão e religiosa sejam respeitados, além de assegurar transparência e justiça nos procedimentos de restrição e bloqueio de perfis nas redes sociais, tudo em conformidade com que estabelece a Constituição Federal.

Diante da necessidade de se discutir o tema e da relevância do debate, conto com o apoio dos nobres pares para devida aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2024.

**Deputado Luiz Gastão**  
**PSD/CE**

